

Feministas reagem às novas ameaças aos direitos reprodutivos e às liberdades sexuais

Nos **Estados Unidos**, ampliam-se as ameaças contra os direitos reprodutivos: vários estados americanos estão retirando o financiamento, via seguridade social, em casos de aborto legal para mulheres com câncer ou diabetes. Isso, sem falar na recente proibição, aprovada pelo Senado, do aborto legal após o primeiro trimestre de gravidez, mesmo em caso de risco de vida para as mulheres. E, tudo, em nome da vida.

O Governo Bush tem atacado os direitos das mulheres desde o primeiro dia do seu mandato, iniciado em 2001. Ano passado, sua principal ação foi a retirada do apoio dos EUA à Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). No mesmo ano, em julho, Bush bloqueou US\$ 34 milhões de subvenções americanas aprovadas pelo Parlamento, destinadas ao Fundo de População das Nações Unidas que financia, entre outras coisas, partos de emergência para mulheres do Afeganistão, onde ocorrem uma das mais altas taxas de mortalidade materna do mundo.

Da **Argentina**, Haydeé Birgin, da Articulação Feminista Marcosur, informa que concluiu-se disputa judicial quanto à aplicação da lei que instituiu um programa nacional de saúde reprodutiva, promovido pelo ministério da Saúde daquele país, que incluía a distribuição de contraceptivos. Uma organização denominada Mujeres por la Vida liderou a ofensiva conservadora que foi rechaçada pela Câmara Federal de Córdoba, local da disputa.

O protocolo da CEDAW foi o principal instrumento da argumentação do próprio ministério e da Câmara. Além disso, na questão judicial, o Estado contou com o apoio de organizações de direitos humanos

e feministas, que ingressaram na causa como "terceiros coadjuvantes", participando desse litígio alheio para auxiliar na defesa da lei. Neste caso, declararam, entre outras coisas, que a ação de Mujeres por la Vida feria o princípio da autonomia pessoal reconhecido na Constituição do país, na Convenção Americana de Direitos Humanos e no que foi firmado no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, que reconhece a toda mulher o direito de decidir, sem interferências do Estado ou de particulares, a utilizar métodos e elementos contraceptivos. Algo que está implícito, de forma ampliada, no slogan feminista "nosso corpo nos pertence".

Na **Bolívia**, a Campanha 28 de setembro denunciava, na semana passada, através de Ximena Machicao, que a Conferência Episcopal Boliviana fez chegar ao presidente do país, em repartições estatais e setores da sociedade civil uma nota em formato de petição para que o dia 25 de março fosse consagrado como "día del niño y niña por hacer", ou dia do nascituro. De acordo com a íntegra do e-mail da Campanha, os bispos se opõem claramente às campanhas pela descriminalização do aborto e apelaram, na petição, para a *profissão de fé católica* do presidente, a fim de que esse acolhesse a solicitação da Conferência Episcopal. A campanha 28 de setembro denunciou essa ação do clero: "*nenhuma doutrina de fé pode estar acima do direito de decidir e dos direitos humanos das mulheres*".

Enquanto isso, Anistia Internacional prossegue com a coleta de assinaturas para tentar evitar, na **Nigéria**, a morte por apedrejamento de Amina, condenada por ter mantido relações sexuais fora do casamento. Para assinar, clique <http://www.amnistiapornigeria.org/>.

Pela paz e contra os fundamentalismos, afirmam as feministas

O Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte participou da organização da Passeata contra a Guerra, realizada em Natal, juntamente com o Fórum Social Potiguar e diversas entidades estudantis, além de trabalhadoras/es urbanos e rurais. A passeata, realizada sexta-feira (28), partiu de 10 pontos da cidade, sendo encerrada por um ato público. No ato, as mulheres do Fórum posicionaram-se contra os fundamentalismos, que em sua versão religiosa, política e de mercado, estruturam o próprio conflito da guerra.

Na Cidade de Santa Cruz, Bolívia, usando as grandes bocas de papelão no rosto – marca da campanha contra os fundamentalismos – mulheres de distintas organizações do movimento saíram às ruas, no último dia 13, no evento denominado Marcha contra os Fundamentalismos. A passeata encerrou uma sessão de testemunhos em torno da qual reuniram-se cerca de 90 mulheres de entidades que compõem a Plataforma contra a Violência de Gênero. Na sessão, todas foram convidadas a identificar os dogmas que não nos permitem viver dignamente. A informação é de Ximena Machicao, da Articulação Feminista MarcoSur.

Mulheres em Destaque

Suely de Oliveira, militante feminista de longa data, assume, hoje, a Subsecretaria Temática e de Monitoramento de Políticas Públicas da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Ponto para a ministra Emília Fernandes, que poderá contar com o aporte do pensamento e prática política feminista na condução da Secretaria. Suely foi coordenadora do Grupo Curumim-Gestação e Parto, secretária executiva da AMB (1995-1997), consultora da UNESCO. É integrante da Secretaria Nacional de Mulheres do PT e do Conselho Consultivo da Fundação Perseu Abramo. Até ontem (31), esteve à frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura de Camaragibe, em Pernambuco.

Rosália Lemos, feminista e ativista negra, assumiu, este mês, a Coordenadoria Municipal dos Direitos das Mulheres de Niterói. Sua presença neste espaço de governo é ponto para a luta feminista anti-racista. Rosália atuou em diversas organizações dos movimentos, desde a década de 80. Em meio a diversas atividades profissionais, foi militante do núcleo de mulheres do PT/RJ, fundadora do Disque Racismo/RJ, consultora da UNESCO, além de coordenadora estadual no Fórum Global Eco/92.

Em defesa dos direitos sexuais

O Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) promove concurso regional de Ensaaios sobre Direitos Sexuais. O slogan do concurso é "Direito a viver a sexualidade como quero, com quem quero, quando quero, onde quero". A finalidade é estimular estudantes de Direito, advogadas/os e profissionais que trabalhem na defesa dos direitos da mulher, na América Latina, para avançarem na elaboração do direito a partir do enfoque da igualdade de gênero.

As inscrições podem ser individuais ou coletivas. A data limite para o envio de propostas é 30 de maio deste ano. Mais informações: oficina@cladem.org

Agenda da Reforma da Previdência

Alargam-se os debates em torno da reforma, que até pouco tempo estavam centrados no suposto déficit da Previdência e na necessidade de cortar privilégios. A ação articulada entre feministas anti-racistas e conselheiras/os do CDES tem reforçado a ampliação da agenda da reforma no âmbito do Conselho.

Entra em pauta esta semana, o que não se esperava: o debate em torno das alternativas para incluir mais beneficiárias/os no sistema previdenciário, que hoje inclui apenas 40% da população, excluindo a maioria das mulheres e, principalmente negras e negros, ou seja, as pessoas que estão mais expostas à informalidade do mercado de trabalho.

Leia mais sobre o assunto na seção CONtextos.

Cumprimento da CEDAW é avaliado pelo movimento

Nos próximos dias 11 e 12 de abril, em São Paulo, estará em debate a primeira versão do Relatório da Sociedade Civil à Comissão Internacional de Monitoramento à CEDAW. O documento está sendo elaborado pela equipe do Cladem e Agende, a partir das 62 contribuições enviadas por 42 entidades.

A partir de hoje, essa versão estará circulando para pesquisadoras e militantes feministas de ONGs e redes dos movimentos de mulheres brasileiros envolvidos no processo. Todas são convidadas a revisar e registrar críticas e sugestões, para que o documento possa ser finalizado na reunião nacional.

CONtextos

Dossiês

Dando prosseguimento às comemorações do Dia Internacional da Mulher, o CFEMEA lançou no Congresso Nacional, dia 25, duas publicações: *"Dossiê - Globalização e Trabalho: perspectiva de gênero"*, e *"Dossiê - Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho"*. O primeiro dossiê, elaborado por *Christiane Girard*, aborda as transformações do trabalho e as desigualdades nacionais e internacionais. O segundo, elaborado por *Silvia Yannoulas*, apresenta uma análise da realidade das mulheres no mercado de trabalho, na perspectiva de subsidiar - com o enfoque de gênero - a formulação de políticas públicas de trabalho e na negociação de pautas sindicais. As interessadas devem contactar com o CFEMEA, pelo e-mail cfemea@cfemea.org.br.

Relatório

Estão sendo divulgados, esta semana, todos os relatórios da Plataforma DHESC/Brasil.

A relatora de Direito Humano à Saúde, a socióloga Eleonora Menecucci de Oliveira, remeteu a diversas organizações dos movimentos de mulheres o documento que será apresentado na Conferência de Direitos Humanos, em Genebra, no próximo dia 2. Nesse mesmo dia, haverá coletiva de imprensa em Brasília e em Recife, simultaneamente, para divulgação de todos os dados. Por ser bastante extenso, incluímos neste AE apenas a área de saúde, na qual Eleonora contou com apoio do movimento de mulheres na investigação realizada para avaliar a saúde das mulheres em dois municípios pernambucanos.

Na área da **Previdência**, incluímos o artigo de Sueli Carneiro, publicado recentemente pelo Correio Braziliense, que faz uma crítica ao sistema, considerando os enfoques de raça/etnia e gênero.

Livre Orientação Sexual

Projeto do Governo do Piauí criando a Coordenação de Livre Orientação Sexual foi encaminhado à Assembleia Legislativa desse estado recentemente.

A Coordenação já está funcionando informalmente, segundo nos informaram seus atuais coordenadores, Maria Aires Chaves, Maria Teresa Rezende Rêgo e Nelson Muniz de Lima Sales.

No plano de trabalho que está sendo elaborado, serão contempladas, prioritariamente, ações voltadas para estimular a participação e a construção da "cidadania homossexual e lésbica".

Teresa, Aires e Nelson solicitam a colaboração de militantes dos movimentos lésbico e gay, no sentido de enviarem materiais, tais como cartazes, cartilhas, leis, relatos de experiências do movimento já realizadas ou em curso. A idéia é que todo este material sirva para subsidiar o trabalho que pretendem desenvolver, a partir da criação oficial da coordenação.

Para contatos: Maria Aires (86) 9987-3022; Maria Teresa (86) 9987-1261; e Nelson (86) 9979-2876.